

NOS BASTIDORES

(Cautela)

Os 220 participantes da V Conferência Nacional de Saúde que integraram grupos para discutir a implementação do SNS, saíram ontem do Itamaraty, convictos do papel que representam no setor, a partir das conclusões dos debates, que enfocavam a desqualificação dos recursos humanos na saúde como o principal desativador do processo de organização do Sistema Nacional de Saúde. A opinião geral era a de que a sua implantação somente poderia ser conseguida a longo prazo, levando-se em conta o tempo bastante demorado para formação de mão-de-obra no setor.

A isto se referiu ontem Hugo Alquéres, secretário dos serviços médicos do Ministério da Previdência Social, quando disse em palestra que uma revisão crítica dos currículos universitários está sendo efetuada, "pois não se pretende formar médicos generalistas, como nos nossos tempos de criança". Por outro lado, a par da especialização de profissionais, as dificuldades de implantação do Sistema de Saúde foram colocadas fora do âmbito ministerial e, como acentuou pela manhã, em palestra, João Yunes, assessor de Almeida Machado, "os atuais níveis de saúde dependem muito mais de outros setores - notadamente sócio-econômicos - que das atividades desenvolvidas pelos Ministérios da Saúde e Previdência Social".

Além disso, as conclusões giraram em torno da busca de um maior entrosamento hierarquizado entre os níveis federal, municipal e estadual, como comentavam alguns participantes, e sabe-se que o Ministério da Saúde não está mais disposto a liberar o atual volume de

recursos aos estados sem que estes desenvolvam condições básicas requeridas, mas ainda não explicitadas. No Estado do Rio de Janeiro, o secretário de Saúde, Wooldow Pantoja, pretende "botar ordem no coreto", organizando hierarquicamente competências definidas na lei do SNS.

Outros participantes admitiram a possibilidade de implementação do SNS a longo prazo, principalmente nos grandes centros, onde são muitas e por vários setores monopolizadas as atividades de saúde. Mas as discussões não se restringiram às divergências regionais das atividades públicas de saúde e às condições sócio-econômicas da população. A "dicotomia" entre os Ministérios da Saúde e da Previdência Social, ventilada pelo assessor de Almeida Machado, José Carlos Seixas, na abertura do V Congresso, voltou à baila ontem, nos corredores do Itamaraty.

Para vários secretários de Saúde de estados, essa "aparente dicotomia" entre proteção da saúde coletiva e assistência médico-hospitalar individualizada converge para duas tendências - ou a separação interministerial prevalece no campo da assistência médico-hospitalar, multiplicando, paralelamente, as atividades privadas no setor, ou o Ministério da Saúde aplicará o seu raio de atuação, através de uma maior liberação de recursos pelo Conselho de Desenvolvimento Social. O volume de recursos em mãos do Ministério da Previdência, sua auto-sustentabilidade vem restringindo ao caráter puramente normativo as atividades do Ministério da Saúde. Mas Hugo

Alquéres, após sua palestra, explicou que a lei do Sistema Nacional de Saúde define as atribuições de cada Ministério, a partir das quais a alocação dos recursos passa a ser proporcional em percentuais às competências dadas a cada Ministério. Daí concluir o secretário dos serviços médicos do Ministério da Previdência Social que os recursos do seu Ministério não se transformam em armas nas reuniões do CDS.

Outros secretários de Saúde presentes preferiram abordar os temas das palestras de ontem. Para Pantoja, do Rio de Janeiro, o programa materno-infantil ainda está em fase de pré-teste no seu Estado - como procurou ressaltar o próprio conferencista Yunes durante sua exposição. A meta básica de Pantoja é desenvolver progressivamente o Programa, buscando "soluções localizadas" nos municípios beneficiários. Na mesma linha de atuação, o secretário de Saúde do Maranhão, Brandão, afirmou ter assinado recentemente convênio com o INAN de 150 mil cruzeiros para pesquisa alimentar através da Universidade do Estado, além de 25 municípios que este ano serão beneficiados com dotações e orientação alimentares. E o resultado das proposições com relação à implantação do Sistema Nacional de Saúde, todos os secretários de Saúde foram unânimes em colocar a "fusão" de órgãos e entidades como uma medida administrativa básica de "correção histórica" (como acentuou Hugo Alquéres em sua palestra) da pluralidade de instituições hoje existentes no setor saúde.